

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar as políticas de autoarquivamento registradas pelos repositórios institucionais brasileiros, com destaque para as diretrizes estabelecidas para a representação de assunto. Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória-descritiva, a fim de obter o atual cenário sobre a situação do autoarquivamento em repositórios institucionais brasileiros. Constata-se que a maioria dos 108 repositórios institucionais brasileiros listados no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) não possui uma política de autoarquivamento que contemple a representação de assunto. As sete políticas identificadas revelam que apenas uma possui indicações explícitas sobre a qualidade dos metadados, enquanto as demais sinalizam a preocupação em seguir os padrões de metadados nacionais e internacionais, ou com algum tipo de validação antes do depósito, porém sem menção ao metadado assunto.

Palavras-chave: Autoarquivamento; Metadado assunto; Políticas de autoarquivamento; Repositórios institucionais.

Abstract: This study aims to analyze the self-archiving policies registered by the Brazilian institutional repositories, with emphasis on the guidelines established for subject representation. Therefore, exploratory-descriptive research was carried out in order to obtain the current scenario on the situation of self-archiving in Brazilian institutional repositories. It appears that most of the 108 Brazilian institutional repositories listed in the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT) do not have a self-archiving policy that includes the subject representation. The seven identified policies reveal that only one has explicit indications about the quality of metadata, while the others point out the concern to follow the national and international metadata standards, or with some kind of validation before the deposit, but without mentioning the subject metadata.

Keywords: Self-archiving; Subject metadata; Self-archiving policies; Institutional repositories.

1. Introdução

O avanço das tecnologias digitais culminou em uma rápida e crescente disponibilização de conteúdos na Internet. Esta evolução tecnológica alterou o processo de comunicação científica, com destaque para o movimento mundial em favor do acesso livre e gratuito ao conhecimento gerado no ambiente das universidades e institutos de pesquisa, promovendo benefícios significativos ao desenvolvimento da ciência a partir do acesso livre de barreiras aos resultados de pesquisa conduzidas mediante a concessão de recursos públicos. O êxito da iniciativa de arquivos abertos (*Open Archives Initiative*) é oferecer alternativas para a comunicação científica, a partir da “[...] definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer” (KURAMOTO, 2006:94). A transformação da comunicação científica, portanto, está amparada nesse modelo de interoperabilidade entre

bibliotecas e repositórios digitais que compreende diversos componentes técnicos e administrativos que garantem a sua funcionalidade.

O autoarquivamento é um mecanismo resultante desta iniciativa, efetivado a partir do depósito de um documento pelo próprio autor-pesquisador em repositórios digitais institucionais ou temáticos, em atenção aos princípios estabelecidos pela *Open Archives Initiative*. Swan (2008) esclarece que o autoarquivamento não é uma alternativa para as publicações em periódicos científicos, mas uma atividade complementar em que o autor-pesquisador publica a sua pesquisa científica em qualquer canal de comunicação formal e depois autoarquiva uma cópia em um repositório digital. Assim como no caso dos repositórios digitais, o movimento do autoarquivamento expandiu-se fundamentado por manifestos como a Declaração de Budapeste, proposta na reunião da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), em 2002, e as Declarações de Bethesda e de Berlim, em 2003 (WEITZEL, 2006).

Veiga e Macena (2015) apontam que a baixa adesão ao autoarquivamento é um fenômeno que tem se repetido em vários países por motivos diversos, sendo que os fatores que estimulam o autoarquivamento devem ser estudados no âmbito de cada instituição e campo do conhecimento. A redução de barreiras, criação de incentivos e principalmente o estabelecimento de uma política própria do repositório devem figurar dentre os componentes considerados essenciais para que este movimento tenha sucesso no contexto brasileiro (VEIGA e MACENA, 2015).

A política institucional para os repositórios é uma das principais garantias para a sua criação e manutenção. Santarém Segundo (2010), Assis (2013), Veiga e Macena (2015) e outros estudiosos concordam que os repositórios digitais devem elaborar formalmente suas políticas de desenvolvimento. A implantação de um repositório digital em uma determinada comunidade se inicia a partir de uma política institucional de informação na qual deve conter a política de publicação de autoarquivamento que assinala a conscientização da necessidade de se criar uma cultura de postagem, passando pela implementação técnica do repositório e finalizando com a efetiva utilização do mesmo dentro da comunidade científica (SANTARÉM SEGUNDO, 2010). A política pode incluir informações sobre os fluxos para a submissão de trabalhos, compreendendo os direitos de propriedade intelectual, acesso e sustentabilidade do repositório digital.

Baggio e Blattmann (2017) conduziram investigação acerca das Universidades Federais brasileiras que possuem repositórios institucionais com políticas formalizadas e disponibilizadas aos usuários. Mediante levantamento realizado nos *websites* das instituições, identificaram que das 63 instituições do país, 39 ou 61% do total não possuem políticas e que apenas 20 possuem políticas formalizadas e disponibilizadas aos usuários. De modo geral, o estudo revelou que o Brasil tem uma baixa adesão ao autoarquivamento em repositórios institucionais e ainda há muita resistência por parte do autor-pesquisador para a sua adesão, mesmo que a instituição tenha uma política pré-estabelecida (BAGGIO e BLATTMANN, 2017).

Para além do movimento de acesso à informação científica, o autoarquivamento é fruto da nova configuração do ambiente *Web*, apresentando-se como uma rede de interação. Na *Web* social, usuários interagem e colaboram na descrição dos conteúdos disponíveis, produzindo, classificando e reformulando o que já está disponível. Diante de um cenário em constante evolução, Fujita, Agustin Lacruz e Gomez Diaz (2012) ressaltam a

importância de os profissionais valorizarem a indexação de assuntos enquanto atividade intermediadora do conhecimento que impacta socialmente nos ambientes digitais em evolução. Para as autoras, os gestores e bibliotecários ainda não despertaram para a importância de se ter políticas específicas para a tomada de decisão em relação ao processo de indexação, fazendo com que a recuperação da informação se torne cada vez mais sofisticada e satisfatória.

Pesquisas dedicadas ao autoarquivamento em repositórios institucionais são escassas na Ciência da Informação brasileira, especificamente acerca da qualidade da representação e recuperação por assunto nestes ambientes digitais. O estudo de Barton, Currier e Hey (2003) introduz preocupações acerca da qualidade dos metadados utilizados na descrição de dados armazenados em repositórios. Na literatura brasileira, privilegiam-se discussões acerca da utilização das linguagens natural e controlada como forma de melhoria da busca e recuperação por assunto (BACHA e ALMEIDA, 2013); práticas de indexação em repositório institucional (SANTOS e NEVES, 2018); e a qualidade da representação de assunto por meio do índice de consistência (FREITAS e DAL'EVEDOVE, 2019).

Partindo desta perspectiva geral, este estudo analisa as políticas de autoarquivamento registradas pelos repositórios institucionais brasileiros, com destaque para as diretrizes estabelecidas para a representação de assunto. Considerando-se a carência de estudos que investiguem as implicações do autoarquivamento na representação e recuperação por assunto em repositórios institucionais de acesso aberto, compreende-se que este eixo investigativo está permeado por inúmeros desafios frente às demandas introduzidas pelo acesso aberto e a prática do autoarquivamento.

2. Procedimentos metodológicos

Para cumprir com este objetivo, conduziu-se estudo exploratório e descritivo, sendo a primeira etapa desenvolvida mediante amplo levantamento bibliográfico na literatura especializada de Ciência da Informação a fim de contextualizar e obter um cenário atual sobre a situação do autoarquivamento em repositórios institucionais brasileiros. Para a etapa descritiva, procedeu-se coleta de dados junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para identificar os repositórios institucionais brasileiros em funcionamento. O IBICT é a principal entidade, em escala nacional, para articulações políticas e da promoção de ações voltadas para a implantação de repositório nas instituições de ensino e pesquisa a partir do desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação científica e tecnológica (VEIGA e MACENA, 2015).

Do total de 108 repositórios institucionais brasileiros listados no *site* do IBICT até julho de 2019, identificou-se que apenas 26 políticas ou mandatos de acesso aberto resultantes desses sistemas de informação foram registrados no *Registry of Open Access Repository Mandates and Policies* (ROARMAP). O ROARMAP é uma estrutura internacional planejada para manter informações precisas sobre as origens e conteúdos de políticas, mandatos e detalhes de repositórios de acesso aberto em todo o mundo. No momento do registro, as instituições fornecem informações específicas sobre o conteúdo das políticas, em que no momento do depósito são inquiridos detalhes como: É um requisito ou apenas uma recomendação? Onde e quando o depósito deve ser feito? Que tipo de conteúdo abrange a

política e qual versão deste conteúdo? O autor tem o direito de renunciar completamente ao depósito? O depósito é uma condição prévia para a avaliação da pesquisa?

3. Resultados e discussão

Os repositórios institucionais só conseguem ser criados e manter-se ativos com o estabelecimento de uma política institucional de informação. É ela, em princípio, que vai estimular os pesquisadores de uma instituição a fazerem o depósito de sua produção científica. Relativo à política de autoarquivamento, constata-se que dos 22 repositórios institucionais brasileiros cadastrados no ROARMAP, apenas 7 possuem e/ou disponibilizam acesso as suas políticas de autoarquivamento, conforme disposto no Quadro 1. Do total, apenas o repositório institucional da Universidade Federal do Ceará possui uma política em que o autoarquivamento é opcional, com *status* de política mista em que tanto a biblioteca como o autor-pesquisador podem fazer o depósito de documentos.

Quadro 1 – Instituições brasileiras com política de autoarquivamento registradas no ROARMAP

| Ano de implantação | Repositório Institucional | Política de autoarquivamento | Resolução / Portaria |
|--------------------|---|------------------------------|--|
| 2018 | Fundação Getúlio Vargas (FGV) | Autoarquivamento | Os alunos deverão utilizar o procedimento denominado de “Autoarquivamento”, visando o depósito no website da FGV, na página “Repositório Digital”, de suas teses e dissertações. O aluno realizará o referido procedimento em conformidade com a Norma de Procedimentos, expedida pela FGV, de nº NP-40.001.00, de 29.06.2011. |
| 2018 | Universidade Federal Rural do Amazônia (UFRA) | Autoarquivamento | Art. 23º. É de responsabilidade das comunidades: Decidir quem poderá autoarquivar documentos na comunidade, essa informação deve ser explícita nas políticas da comunidade. |
| 2017 | Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) | Autoarquivamento | Art. 9º A submissão realizada pelo autor, coautor ou por um mediador compreenderá o registro dos metadados, aceitação da Licença <i>Creative Commons</i> e da Licença de Distribuição Não Exclusiva, sendo de sua total responsabilidade as questões legais de depósito e de permissão, juntamente aos editores e instituições envolvidas na produção da obra. |
| 2014 | Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) | Autoarquivamento | Parágrafo único – Será adotado preferencialmente o autoarquivamento, quando os autores preencherem os metadados e farão o depósito do objeto digital. As bibliotecas e os gestores das comunidades atuarão como facilitadores no autoarquivamento. |

| | | | |
|------|--|------------------|--|
| 2014 | Universidade Federal de Goiás (UFG) | Autoarquivamento | <p>Art. 5º O RI-UFG será povoado de forma descentralizada, cabendo sua realização pelas coordenações de curso, coordenações de trabalho de conclusão de curso, direção de departamento (onde existir) ou Unidade Acadêmica.</p> <p>§ 1º O RI-UFG permitirá aos autores a submissão de seus próprios documentos, dentro das normas estabelecidas pela comissão gestora e divulgadas na página eletrônica institucional.</p> <p>§ 4º As bibliotecas que compõem o Sibi-UFG, de modo a facilitar o povoamento do RI-UFG, poderão promover o registro da produção intelectual da UFG, mediante a autorização do autor da referida produção, efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando dos dados já registrados em outros repositórios.</p> |
| 2011 | Universidade Federal do Ceará (UFC) | Mista | <p>Art. 3º O depósito de informações referentes à produção técnico-científica será registrado no RI pela comunidade universitária da instituição e seu acesso será livre nos contextos nacional e internacional.</p> |
| 2010 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG) | Autoarquivamento | <p>Art. 12º Os metadados são coletados do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi) e dos sistemas da Universidade. No caso de autoarquivamento, o registro dos metadados é realizado pelo autor ou responsável pela comunidade, sob a orientação da equipe técnica do Lume.</p> |

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstram que a maioria dos repositórios institucionais brasileiros não possui uma política de autoarquivamento que contemple a representação de assunto. Em relação à qualidade dos metadados, uma análise pormenorizada das sete políticas identificadas nesta pesquisa revela que apenas a Universidade Federal Rural da Amazônia possui indicações mais explícitas sobre a qualidade dos metadados. Conforme o documento, a publicação do recurso informacional no repositório institucional somente é realizada após a verificação dos metadados como etapa fundamental da padronização dos processos de busca e recuperação da informação. As outras políticas mencionam a preocupação em seguir os padrões de metadados nacionais e internacionais, ou com algum tipo de validação antes do depósito, porém não fazem alusão ao metadado assunto ou mesmo estabelecem orientações aos usuários de como proceder a representação por assunto no momento do autoarquivamento.

4. Considerações finais

Apesar das diversas possibilidades oferecidas atualmente para o acesso à informação científica, a agilidade no processo nem sempre é sinônimo de qualidade e relevância das informações recuperadas. O autoarquivamento favorece que os termos atribuídos ao

metadado assunto estejam mais próximos da realidade e necessidades dos usuários de repositórios institucionais. Este é um movimento importante, em que a perspectiva do usuário é efetivamente considerada no momento da representação da informação, sem depender apenas da figura do bibliotecário para mediar esse processo.

Constata-se que preocupações e indicações específicas sobre o metadado assunto são escassas nas políticas de autoarquivamento em repositórios institucionais brasileiros, apesar do autoarquivamento favorecer o desenvolvimento de repositórios institucionais mais democráticos, tendo como resultado uma representação da informação mais representativa e inclusiva. A relevância do tema e a incipiente presença de políticas de autoarquivamento em repositórios institucionais brasileiros reforça a importância de iniciativas que observem e discutam as exigências contemporâneas da organização e representação temática da informação em repositórios institucionais.

Referências bibliográficas

ASSIS, Tania Batista

2013 Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses. *InCID: revista Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 4:2 (jul.-dez. 2013) 212-227. [Consult. 12 jul. 2020]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53362>.

BACHA, Márcia Nunes; ALMEIDA, Maria do Socorro G. de

2013 Vocabulário controlado e palavra-chave em repositórios digitais: relato de experiência do repositório institucional da FGV. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25º, Florianópolis, 2013 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis, 2013. [Consult. 3 jun. 2020]. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1361/1362>.

BAGGIO, Claudia Carmem; BLATTMANN, Ursula

2017 Os Repositórios das universidades federais do Brasil e suas políticas de informação. *Revista ibero-americana Ciência da Informação*. [Em linha]. 10:2 (jul.-dez. 2017) 350-363 [Consult. 12 jul. 2020]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2553/2281>.

BARTON, Jane; CURRIER, Sarah; HEY, Jessie M. N.

2003 Building quality assurance into metadata creation: an analysis based on the learning objects and e-prints communities of practice. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, Seattle, 2003 – *Anais*. [Em linha]. Seattle, 2003. [Consult. 3 abr. 2020]. Disponível em: <file:///C:/Users/Dal'Evedove/Downloads/732-732-1-PB.pdf>.

FREITAS, Marina Penteado de; DAL'EVEDOVE, Paula Regina

2019 Consistência na indexação por atribuição no repositório institucional da ufscar. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20º, Florianópolis, 2019 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. [Consult. 3 jun. 2020]. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1203/811>.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; AGUSTIN LACRUZ, María del Carmen; GÓMEZ DÍAZ, Raquel

2012 A Situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 17:1 (jan.-mar. 2012) 94-109. [Consult. 12 jul. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/10558>.

KURAMOTO, Hélio

2006 Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 35:2 (maio.-ago. 2006) 91-102. [Consult. 15 jul. 2020]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200010&lng=en&nrm=iso.

SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo

2010 *Representação iterativa: um modelo para repositórios digitais*. Marília, 2010. Tese de doutorado em Ciência da Informação – UNESP.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito

2018 Práticas de indexação em repositórios digitais de acesso aberto: análise do metadado assunto do repositório institucional da UFRN. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19^o, Marília, 2018 – *Anais*. [Em linha]. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2018. [Consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1117/1417.

SWAN, Alma

2008 Why open access for Brazil? *Liinc em revista*. [Em linha]. 4:2 (set. 2008) 158-171. [Consult. 2 mar. 2020]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3173/2838>.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luis Guilherme

2015 O Autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 9:3 (dez. 2015) 35-47. [Consult. 15 jul. 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v9i3.15107>.

WEITZEL, Simone da Rocha

2006 *Os Repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil*. São Paulo, 2006. Tese de doutorado em Ciência da Informação – USP.

Marina Penteado de Freitas | mapenteado@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Paula Regina Dal'Evedove | dalevedove@ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti | roberta_tartarotti@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil